

Luiz
Gonzaga 1
Energias
Renováveis
S. A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	3.980	1
Pagamentos antecipados - AC	21	21
	<u> </u>	<u> </u>
Total do ativo circulante	4.001	22
Pagamentos antecipados	28	49
	<u> </u>	<u> </u>
Total do realizável a longo prazo	28	49
Imobilizado	13.938	865
	<u> </u>	<u> </u>
Total do ativo não circulante	13.938	865
	<u> </u>	<u> </u>
Total do ativo	<u>17.967</u>	<u>936</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Passivos		
Fornecedores e outras contas pagar	80	40
Impostos a recolher	12	1
Partes relacionadas	1.399	885
Total do passivo circulante	1.491	926
Patrimônio líquido		
Capital social	16.570	10
Lucros (Prejuízos) acumulados Resultado do exercício	(93)	-
Total do patrimônio líquido	16.477	10
Total do passivo e patrimônio líquido	17.967	936

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado

Período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas	(93)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(93)	-
Prejuízo líquido do exercício	(93)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(93)</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(93)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10	-	10	10
Prejuízo líquido do exercício	-	(93)	(93)	(93)
Aumento de capital em caixa	16.560	-	16.560	16.560
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.570	(93)	16.477	16.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(93)</u>	<u>-</u>
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos operacionais		
Pagamentos antecipados	21	70
Fornecedores	40	40
Obrigações tributárias	11	1
Partes Relacionadas	513	885
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>492</u>	<u>111</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>492</u>	<u>111</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(13.073)	865
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(13.073)</u>	<u>865</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	16.560	10
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>16.560</u>	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.979	986
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.980</u>	<u>1</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>3.979</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Luiz Gonzaga 1” constituída no dia 12 de setembro de 2023, na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na BR-232/316, Km 534, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A”, localizada no município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia é uma controlada direta da Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.

1.1 Projeto de geração de energia solar

A Canadian Solar Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia “FIP” participou do Leilão federal A-4 2023 via consórcio (Canadian FIP e Enercom) ao qual obtiveram êxito com o empreendimento de Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Conforme previsto no Edital do leilão, a Adjudicatária dessas Usinas o (consórcio FIP e Enercom) optaram por constituir Sociedade de Propósito Específico – SPE “Luiz Gonzaga 1”, para o qual a respectiva outorga será transferida (sendo que a conformidade da documentação das SPEs foi atestada pela SEL - Secretaria Especial de Leilões, mediante o Despacho nº 2.957, de 11 de outubro de 2023.

A expectativa da Companhia é que a emissão da retificação da outorga a ser publicada pela ANEEL ocorra até o início do segundo semestre de 2023.

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de
				Energia Instalada (MW)
Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.	9715/2021	23/02/2021	35 anos	30

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajustado	Prazo	Mês de reajuste
Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCEAR (Mercado regulado)	8,5000	178,52	IPCA	01/01/2026 a 31/12/2040	Janeiro

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1.3 Outras informações

Considerando o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo Canadian, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante e potencial de crescimento de geração renovável no Brasil, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro da sua controladora final Canadian Solar Inc. o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 11 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.4. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia não realizou nenhuma baixa dos seus ativos imobilizados para os exercícios fins em 31 de dezembro de 2023 Fase pré-operacional.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos vide nota 1.1.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2023, despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento.

3.5. Provisão de desmobilização

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia não reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pelo fato de as controladas estarem

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

em fase pré-operacional. A Companhia possui como política contábil o reconhecimento da provisão de desmobilização no momento da entrada em operação e início da depreciação, pois, somente nessa data possui as informações necessárias para elaboração dessa estimativa contábil.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu que não há indicativo de

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

3.6.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.2. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.6.3. Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

a. Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia avaliou que o CPC 06 (R2) não gera efeitos materiais nas demonstrações financeiras e por isso não efetuou a contabilização dos arrendamentos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

3.6.4. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.6.5. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.